

(<http://www.mec.gov.br/semtec/ensmed/artigosensaio.shtm>, acesso em 29/05/2003)

Texto produzido para o Seminário Internacional "Escola Jovem: um novo olhar sobre o Ensino Médio"

Os fenômenos de segregação e exclusão social na sociedade do conhecimento e da informação

Juan Carlos Tedesco

Introdução

Já se disse repetidamente que o fim de século e a entrada no novo milênio estão associados a um profundo processo de transformação social. Não estamos vivendo uma das periódicas crises conjunturais do modelo capitalista de desenvolvimento, mas a aparição de novas formas de organização social, econômica e política¹. A crise atual, conseqüentemente, é uma crise estrutural, cuja principal característica é que as dificuldades de funcionamento se produzem *simultaneamente* nas instituições responsáveis pela coesão social (e Estado-Providência), nas relações entre economia e sociedade (a crise do trabalho) e nos modos de constituição das identidades individuais e coletivas (crises de sujeito).²

Um dos pontos centrais da nova organização social que se está conformando a partir desta crise é que o conhecimento e a informação estariam substituindo os recursos naturais, a força e o dinheiro, como variáveis chave da geração e distribuição do poder na sociedade. Ainda que o conhecimento tenha sido sempre uma fonte de poder, passaria a ser, agora, sua fonte principal, o que produziria efeitos marcantes sobre a dinâmica interna da sociedade.³

As primeiras análises sobre o papel do conhecimento e da informação como variáveis centrais do poder foram significativamente otimistas sobre suas potencialidades democratizadoras. Alvin Toffler foi, sem dúvida alguma, o representante mais importante desta corrente. Suas análises se baseavam no caráter essencialmente democrático que têm tanto a produção como a distribuição dos conhecimentos e das informações. Segundo Toffler, o conhecimento é infinitamente ampliável. Seu uso não o desgasta; ao contrário, pode produzir ainda mais conhecimento. A produção de conhecimentos requer, além disso, um ambiente de criatividade e de liberdade, oposto a toda tentativa autoritária ou burocrática de controle do poder. Deste ponto de vista, a utilização intensiva de conhecimentos produz a dissolução das formas burocráticas de gestão, porque obriga a renovar permanentemente as linhas de decisão em função da acumulação e do intercâmbio de conhecimentos. Por último, a distribuição de conhecimentos é muito mais democrática que a distribuição de qualquer outro fator tradicional de poder, já que "o débil e o pobre podem adquiri-lo"⁴.

¹ Ver, entre outros, Peter F. Drucker. Post-Capitalist Society. New York, Harper Business, 1993. Alain Minc. La nueva Edad Media. Madrid, Temas de Hoy, 1994. Alvin Toffler, El Cambio del Poder. Barcelona, Plaza y Janés, 1990. André Gorz. Misères du présent, richesses du futur. Paris, Galilée, 1997. Manuel Castells. La era de la información. Economía, Sociedad y Cultura. Madrid, Alianza, 1997. Luc Boltansky y Eve Chiapello. Le nouvel esprit du capitalisme. Gallimard, Paris, 1999.

² Jean-Paul Fitoussi et Pierre Rosanvallon. Le nouvel âge des inégalités. Paris, Ed. du Seuil, 1996.

³ Lester C. Thurow. The Future of Capitalism: How Today's Economic Forces Shape Tomorrow's World. London, N.Brealey, 1996

⁴ Alvin Toffler. op. cit.

De uma perspectiva mais pedagógica, a centralidade do conhecimento também inspirou inicialmente algumas posturas otimistas sobre o futuro da sociedade, já que a idéia segundo a qual o desenvolvimento cognitivo tem alguma influência nas condutas e no comportamento das pessoas esteve sempre na base das propostas de mudança social. Ensinar a pensar bem, a pensar melhor, estava associado geralmente à idéia de formar um ser mais “humano”. As últimas versões desta hipótese provêm de pensadores vinculados ao desenvolvimento de enfoques interdisciplinares que permitam compreender adequadamente a *complexidade* dos fenômenos. O suposto básico deste ponto de vista é que as pessoas capazes de compreender a complexidade atuariam de maneira mais responsável e consciente.

Segundo Edgar Morin, por exemplo, a inteligência que só sabe separar atrofia as faculdades de compreensão e de reflexão, eliminando assim as possibilidades de um juízo correto ou de uma perspectiva em longo prazo. Uma inteligência incapaz de perceber o contexto e o complexo planetário, converte as pessoas em cegas, inconscientes e irresponsáveis⁵.

Mas o otimismo inicial destes enfoques foi substituído rapidamente por visões mais realistas e complexas sobre os efeitos democratizadores dos novos padrões de organização social e econômica baseados no conhecimento e na informação. A hipótese mais geral sobre a qual queremos apoiar nossa análise consiste em sustentar que uma sociedade baseada no uso intensivo de conhecimentos produz *simultaneamente* fenômenos de mais igualdade e de mais desigualdade, de maior homogeneidade e de maior diferenciação.

Neste texto tentaremos analisar estes fenômenos, partindo do impacto da utilização da informação e dos conhecimentos na organização do trabalho por um lado, e nas instituições políticas e culturais por outro. A partir desta análise, na última parte do texto, apresentar-se-ão algumas conseqüências a partir do ponto de vista da educação.

O aumento da desigualdade e da homogeneidade

Em primeiro lugar, é preciso ressaltar que um dos fenômenos mais importantes nas transformações sociais atuais é o *aumento significativo da desigualdade social*. O quadro a seguir mostra a evolução da distribuição de ingressos no mundo nas últimas décadas e permite observar que, em geral, enquanto os altos níveis de concentração da riqueza se mantêm nos países em desenvolvimento, os países desenvolvidos estão atravessando um processo significativo de concentração que os aproxima dos países em desenvolvimento.

Apesar de existir um consenso em se reconhecer a complexidade destes processos, também se admite que *um dos fatores fundamentais associado ao aumento da desigualdade é a transformação na organização do trabalho*. Com respeito a isso, as informações disponíveis permitem apreciar que a incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo está associada à eliminação de numerosos postos de trabalho. Neste contexto, a maior parte dos novos postos de trabalho não se criam nos setores tecnologicamente mais avançados, mas nos serviços em que o custo do trabalho representa uma proporção importante do preço do produto.

⁵ Edgar Morin, *La tête bien faite; Repenser la réforme, réformer la pensée*. Paris, Seuil, 1999.

Quadro 1. Distribuição do ingresso entre os mais pobres e os mais ricos. 1960-90

	1960	1990
20% mais pobre		
Ásia do Leste e Pacífico	6.4	6.9
Europa e Ásia Central	9.7	8.8
América Latina e Caribe	3.4	4.5
África do Norte e Oriente Médio.	5.7	6.9
Ásia do Sul	7.4	8.8
África Sub-Sahariana	2.8	5.2
Economias industriais e em desenvolvimento de altos ingressos	6.4	6.3
20% mais rico		
Ásia do Leste e Pacífico	45.9	44.3
Europa e Ásia Central	36.3	37.8
América Latina e Caribe	61.6	52.9
África do Norte e Oriente Médio	49.0	45.4
Ásia do Sul	44.1	39.9
África Sub-Sahariana	62.0	52.4
Economias industriais e em desenvolvimento de altos ingressos	31.2	39.8

Fonte: Banco Mundial.

Esta diferença no ritmo de criação de postos de trabalho está associada a diferenças nos salários. Enquanto os setores de alta produtividade podem ter políticas salariais generosas, os setores de serviços, nos quais o vínculo entre salários e emprego é muito alto, estão obrigados a aumentar moderadamente os salários, caso queiram ampliar o número de empregos. Esta dinâmica, em que o emprego diminui nos setores que podem pagar bons salários e aumenta naqueles que pagam salários modestos, explica as razões pelas quais *a recomposição do emprego em função da evolução tecnológica aumenta a desigualdade*⁶.

Em segundo lugar, as transformações na organização do trabalho estão provocando, não só o aumento nos níveis de desigualdade, como a aparição de um novo fenômeno social: *a exclusão* da participação no ciclo produtivo. Neste sentido, os estudos sobre as possibilidades que oferecem as novas formas de organização do trabalho indicam que elas poderiam incorporar de maneira estável só uma

⁶ Jean-Baptiste de Foucauld et Denis Piveteau. *Une société en quête de sens*. Paris, Editions Odile Jacob, 1995.

minoria de trabalhadores, para os quais haveria garantias de segurança no emprego em troca de uma identificação total com a empresa e com suas exigências de reconversão permanente. Para o resto, em compensação, criar-se-iam condições de extrema precariedade, expressas por formas tais como contratos temporários, trabalhos interinos, trabalhos de tempo parcial e, no extremo destas situações, o desemprego.

Com a exclusão no trabalho, produzir-se-ia uma exclusão social mais geral ou, como preferem dizer alguns autores, uma *desfiliação* em relação às instâncias sociais mais significativas⁷.

O fenômeno da *exclusão social* provoca, deste ponto de vista, uma modificação fundamental na estrutura da sociedade. Segundo este enfoque, estaríamos vivendo um momento de transição:

- a) de uma *sociedade vertical*, baseada em relações sociais de exploração entre os que ocupam posições superiores, frente aos que ocupam as posições inferiores;
- b) a uma *sociedade horizontal*, em que o importante não é tanto a hierarquia como a distância em relação ao centro da sociedade.

A exclusão tende, desta maneira, a substituir a relação de exploração. A comparação entre ambos os modelos de relações permite notar que os vínculos entre exploradores e explorados são completamente diferentes dos que se estabelecem entre incluídos e excluídos.

Exploradores e explorados pertencem à mesma esfera econômica e social, já que os explorados são necessários para manter o sistema. A tomada de consciência da exploração pode provocar, além disso, uma reação de mobilização coletiva e de conflito organizado pelas instituições representativas dos explorados, como os sindicatos, os partidos políticos, etc.

A exclusão, em compensação, não implica relação, mas sim divórcio. A tomada de consciência da exclusão não gera uma reação organizada de mobilização. Na exclusão não há grupo contestatário, nem objeto preciso de reivindicação, nem instrumentos concretos para impô-la. Como resumiu recentemente um analista destes fenômenos, enquanto a exploração é um conflito, a exclusão é uma ruptura⁸.

Mas a complexidade destes processos se evidencia quando constatamos que o aumento da desigualdade e a aparição da exclusão coexistem com uma significativa diminuição da importância das hierarquias tradicionais. Na organização do trabalho baseada na utilização intensiva de conhecimentos, tende-se a substituir as tradicionais pirâmides de relações de autoridade, próprias do modelo fordista de produção, por *redes* de relações cooperativas. Neste esquema, todas as fases do processo produtivo são importantes e o pessoal, seja em que nível da hierarquia que esteja, desempenha um papel crucial.

A transformação das pirâmides hierárquicas tradicionais, no entanto, não implica a desaparecimento da desigualdade nem das relações de poder no interior das organizações. A maior flexibilidade está provocando a aparição de novas e mais complexas formas de relações de trabalho, em que a tensão mais importante é a que se produz entre as demandas de lucro em curto prazo, por parte dos acionistas, e as demandas de planejamento, compromisso e confiança que reclamam as pessoas que investem todas suas capacidades pessoais no processo produtivo.

⁷ Robert Castel. *Les métamorphoses de la question sociale; Une chronique du salariat*. Paris, Fayard, 1995.

⁸ *Op.cit.*, pág. 147.

Richard Sennet⁹, em um livro recente sobre as conseqüências das transformações na organização do trabalho sobre a personalidade, apresentou alguns destes problemas de maneira muito acentuada. A respeito do tema que mais nos interessa neste texto – o tema da equidade – Sennet sustenta que nos atuais processos de descentralização das unidades produtivas, o poder central age através de outros mecanismos igualmente poderosos, mas amorfos. Um dos mecanismos é a fixação de metas e resultados que, geralmente, são superiores às capacidades reais e obrigam a produzir muito mais do que o habitual. A respeito da substituição das hierarquias tradicionais, Sennet sustenta que com as mudanças contínuas de trabalho e de tarefas, produzem-se movimentos novos e ambíguos:

“Na medida em que as hierarquias piramidais vão sendo substituídas por estruturas mais flexíveis, as pessoas que mudam de trabalho experimentam, com grande freqüência, o que os sociólogos denominaram ‘movimentos ambigüamente laterais’. São movimentos em que as pessoas se movem, em realidade, para o lado, ainda que creiam mover-se para cima na rede flexível (...) Outros estudiosos da mobilidade social insistem nas chamadas ‘perdas retrospectivas’ em uma rede flexível. Posto que as pessoas que se arriscam a mover-se em organizações flexíveis costumam ter pouca informação confiável sobre o que leva a uma nova posição, só retrospectivamente percebe que tomou decisões equivocadas. (...) ... a mobilidade profissional na sociedade contemporânea é, a miúdo, um processo ilegível”

“A cultura moderna do risco se caracteriza pela mobilidade, porque não se mover é sinônimo de fracasso e a estabilidade parece quase uma morte em vida. Portanto, o destino importa menos que o ato de partir. Imensas forças econômicas e sociais dão forma à insistência de ir-se; a desordem das instituições, o sistema de produção flexível, realidades materiais que fazem água. Ficar quieto equivale a ficar fora do jogo. (...). Não é que a desigualdade e a diferença social tenham desaparecido; nada mais distante que isso. Ao contrário, é como se, ao entrar em movimento, de repente fosse suspensa a realidade pessoal; ninguém é tão calculista, nem escolhe tão racionalmente, mas espera que algo surja com a mudança”¹⁰.

Neste sentido, é interessante retomar uma provocativa hipótese apresentada por D. Cohen, segundo a qual as economias intensivas em conhecimentos e produtoras de idéias são mais desiguais que as economias intensivas em pessoal e fabricantes de objetos. A tendência a excluir os que não têm idéias parece ser mais forte que a tendência a excluir os que não têm riquezas¹¹. Na base desta situação se encontra o comportamento baseado na hipótese do “erro zero”. Como se sabe, esta hipótese foi elaborada a partir do acidente da nave espacial Challenger, em que todo o esforço e a inversão realizados nesse projeto se perderam por uma simples falha em uma conexão secundária.

A análise deste exemplo permite apreciar que, no marco das atuais tecnologias de produção, a menor disfunção de uma das partes ameaça a produção em seu conjunto. Conseqüentemente, os níveis de qualidade e de qualificação dos trabalhadores que se desempenham em um mesmo processo produtivo

⁹ Richard Sennett. La corrosión del carácter. Las consecuencias personales del trabajo en el nuevo capitalismo. Barcelona, Anagrama, 2000.

¹⁰ Op.cit. pp.89-91

¹¹ David Cohen. Richesse du monde, pauvreté des nations. París, 1997.

devem ser semelhantes. Os melhores tendem a agrupar-se com os melhores, e os medíocres com os medíocres. Este fenômeno, relativamente normal e conhecido, tende a exacerbar-se com a expansão das novas tecnologias e a possibilidade de descentralizar e de externalizar segmentos importantes da produção. Desta forma, cada unidade de produção se transforma em um subconjunto homogêneo de um processo produtivo muito mais amplo.

Como indicador desta tendência, Cohen resume em seu livro as informações disponíveis a respeito da França onde, entre 1986 e 1992, a homogeneidade da força de trabalho nas empresas que ocupam mais de 10 pessoas, aumentou em mais de 20%. Neste contexto, a segmentação e a desigualdade mudam de sentido. Na economia capitalista tradicional, cada segmento social era uma categoria e *a desigualdade se produzia entre grupos sociais*. Agora, em compensação, a segmentação se produz dentro de cada grupo social. De acordo com os dados apresentados por Cohen, por exemplo, mais de 70% do fenômeno da desigualdade americana se explica pela diferença de salários *entre* trabalhadores jovens, *entre* graduados ou *entre* trabalhadores da indústria.

Em resumo, enquanto as desigualdades tradicionais eram fundamentalmente “intercategoriais”, estas novas desigualdades são “intracategoriais”. Olhando do ponto de vista subjetivo, uma das características mais importantes deste fenômeno é a dificuldade de auto-aceitação, já que ele põe em cheque a representação que cada um tem de si mesmo. Estas novas desigualdades provocam, por isso, um sofrimento muito mais profundo, porque são percebidas como um fenômeno mais pessoal que sócio - econômico e estrutural¹².

A ideologia da desigualdade

O aumento da desigualdade, descrito exhaustivamente nos pontos anteriores, vem acompanhado por um aumento igualmente significativo das teorias que tendem a justificar este fenômeno. Enquanto no modelo capitalista tradicional, a pobreza ou a condição assalariada podiam ser percebidas como conseqüências de uma ordem social injusta, no novo capitalismo tendem a ser associadas à natureza das coisas e, em última instância, à responsabilidade pessoal. Não é casual, por isso, observar o ressurgimento de idéias que tendem a explicar a vigência de determinados padrões de conduta, dos níveis de desenvolvimento cognitivo pessoal e do lugar na estrutura social, por fatores genéticos.

Uma das versões mais difundidas deste neodarwinismo social é a do livro de Richard J. Herrnstein e Charles Murray¹³, baseado no pressuposto no qual a habilidade cognitiva será a variável decisiva na estrutura social que está se conformando para o novo século, e segundo o qual esta habilidade é fundamentalmente hereditária. Alguns cientistas sociais assumiram este enfoque que, paradoxalmente, anula qualquer possibilidade de análise *social* das condutas humanas. Francis Fukuyama, por exemplo, sustentou em um de seus mais recentes ensaios, que os comportamentos sociais se explicam por fatores genéticos. E espera-se que, nas próximas décadas, sejam descobertas novas relações entre alguns

¹² J.Fitoussi y P. Rosanvallon, op. cit.

comportamentos e o código genético. Para Fukuyama, como para outros ensaístas desta mesma corrente, fenômenos tais como a criminalidade, a dependência química, o alcoolismo, a promiscuidade, as separações, os divórcios e outras “condutas desviadas”, seriam explicados pôr fatores genéticos - hereditários e, portanto, dificilmente modificáveis através de políticas sociais.¹⁴

A justificação da desigualdade a partir dos resultados da investigação genética é um dos principais exemplos sobre o papel que desempenhará o conhecimento na determinação da estrutura social. A informação genética permitirá predizer trajetórias de vida com muito mais precisão que no passado e a utilização desta informação tem potencialidades enormes, sobretudo o sistema de relações sociais¹⁵. Não só as companhias de seguros podem usar essa informação para definir com que tipo de tratamento brindarão os assegurados, como os empregadores podem também aplicar estes resultados em suas políticas de recrutamento de pessoal, nas escolas, no recrutamento de seus alunos, etc. Abre-se, assim, a possibilidade de uma sociedade organizada em novas e mais virulentas formas de discriminação, baseadas no perfil genético de cada um.

A disponibilidade de informação genética diminui a possibilidade de continuar administrando justiça segundo o princípio do “véu de ignorância”, apresentado por Rawls em sua teoria da justiça¹⁶. A justiça no estado providencia e funciona sobre a base deste véu de ignorância que não indaga sobre as particularidades de cada indivíduo. Esta ignorância contribui para a coesão e para socialização. Ao contrário, quando as informações sobre as particularidades de cada indivíduo se multiplicam, põe-se em marcha um mecanismo de “des-solidarização”, de ruptura da coesão e de debilidade do papel da socialização¹⁷.

Diante destas tendências e como resposta às ideologias neoconservadoras, está se gerando um novo pensamento democrático, baseado na idéia, segundo a qual eliminar a desigualdade não é contraditório com a diversidade. De acordo com estes postulados, a justiça e a solidariedade são elementos básicos para garantir o caráter sustentado do desenvolvimento social.

Mas esses princípios de justiça e equidade já não podem ser aplicados da mesma maneira que no passado. A justiça, por exemplo, não pode estar baseada na idéia de tratar a todos da mesma maneira. A justiça, particularmente a justiça social, deve tirar a venda que cobre seus olhos e que a impede de ver a quem se dirige e tratá-lo de maneira mais adequada a sua situação.

¹³ R. J. Herrnstein and Ch. Murray. The Bell Curve: Intelligence and Class Structure in American Life. New York, Free Press Paperbacks, 1994.

¹⁴ F. Fukuyama. The end of Order, Londres, 1997. Um exemplo desta postura se pode ver no seguinte parágrafo do livro de Fukuyama: “An understanding of the natural substrate on which social relationship are built permits us to begin to build causal connections between some of the phenomena we have documented above. The most clear-cut is the one between family breakdown and child abuse”(34) (...) “Family breakdown is also closely associated with crime”(35) “There is substantial evidence that in addition to being more promiscuous, young males are significantly more aggressive and violent than females and older males, and that this is the result of their underlying psychological make-up rather than culture” (35)

¹⁵ Jeremy Rifkin. The Biotech Century: Harnessing the Gene and Remaking the World. New York, J.P.Tarcher/Putnam, 1998. Uma das primeiras e mais importantes reações internacionais ante as conseqüências do desenvolvimento da biotecnologia constitui a Declaração Universal sobre o Genoma Humano e os Direitos Humanos, aprovada em 11 de novembro de 1997 pela 29ª reunião da Conferência Geral da UNESCO.

¹⁶ John Rawls. Teoría de la Justicia. México, Fondo de Cultura Económica, 1978.

¹⁷ Pierre Rosanvallon. La nouvelle question sociale; Repenser l'Etat-providence. Paris, Editions du Seuil, 1995.- J.P. Fitoussi et P. Rosanvallon, Le nouvel âge des inégalités. Paris, Seuil, 1996.

A maior disponibilidade de informação pode também ser a base de estratégias de ações sociais mais eficazes para o sucesso da justiça e não, como sugerem os enfoques conservadores, um fator de discriminação. Mas este novo enfoque da justiça social está intimamente associado ao fortalecimento da dimensão política da sociedade e, em particular, da democracia, porque somente com um forte sentido de pertinência coletiva é possível aceitar a idéia da redistribuição direta dos bens.¹⁸ Deste ponto de vista, é muito importante vincular a análise das tendências no âmbito da organização do trabalho com as transformações no âmbito sócio-político, em que o tema principal é o que se refere às transformações no Estado-Nação.

A crise do Estado-Nação.

Uma das características mais importantes das mudanças na dimensão política é a que tem a ver com os processos de 'deslocalização' e 'relocalização' das pertinências e das identidades nacionais e culturais. Associado ao processo de globalização econômica, produziu-se uma tendência de construir entidades políticas supranacionais, capazes de enfrentar os desafios que se propõem tanto em nível planetário como multinacional, tais como os volumes crescentes de transações financeiras internacionais, os problemas derivados do cuidado com meio ambiente (buraco na capa de ozônio, reaquecimento da crosta terrestre, etc.), a expansão do delito internacional (narcotráfico, prostituição, etc.) e a expansão da Internet como veículo de circulação de informação sem regulamentação possível em nível nacional.

Como resultado destes processos, o conceito de cidadania associado à *Nação*¹⁹ começou a perder significado. Em seu lugar, aparecem tanto a adesão a entidades supranacionais como também, ao contrário, uma volta ao sentido comunitário local, em que a integração se define fundamentalmente como integração cultural e não como integração política.

Esta mudança no conceito de cidadania tem enormes implicações. A aparição do local e do supranacional como novos espaços de participação social, está associada a fenômenos de ruptura da ação política tal como concebida até agora. A construção de um conceito de cidadania mundial, de cidadania planetária, exige um conceito de solidariedade vinculado à pertinência ao gênero humano e não a alguma de suas formas particulares. Esta construção, no entanto, enfrenta enormes dificuldades, a maioria delas vinculada a formas através das quais se produz o processo de globalização.

Do ponto de vista econômico, a globalização não significa só que os capitais possam mover-se rápido e livremente por todo o planeta. O fenômeno socialmente mais importante é que, como as empresas podem instalar-se em qualquer parte do mundo e manter-se conectadas através de redes de informação, elas tendem a radicar-se ali onde os custos são menores. Este fenômeno produz o que se denominou "uma espiral

¹⁸ J.P. Fitoussi et P. Rosanvallon. *op. cit.*

¹⁹ Dominique Schnapper. *La communauté des citoyens; Sur l'idée moderne de nation*. Paris, Gallimard, 1994.

descendente de redução de custos sociais”, que tende a debilitar a capacidade dos estados nacionais para manter os níveis tradicionais de benefícios sociais e de bem-estar²⁰.

A globalização econômica, em síntese, reduz a capacidade do Estado para definir sua política monetária, seu orçamento, sua arrecadação de impostos e a satisfação das necessidades sociais de sua população. Ao estar baseada fundamentalmente na lógica econômica e na expansão de mercado, a globalização rompe com os compromissos locais e as formas habituais de solidariedade e de coesão com nossos semelhantes. As elites que atuam em nível global tendem a comportar-se sem compromisso com os destinos das pessoas afetadas pelas conseqüências da globalização. A resposta a este comportamento por parte dos excluídos é o refúgio na identidade local, em que a coesão do grupo se apóia na rejeição aos “externos”.

Neste sentido, numerosos diagnósticos da sociedade atual mostram que a ruptura dos vínculos tradicionais de solidariedade, provocada pelo processo de globalização, gerou novas formas de exclusão, de solidão e de marginalidade. As formas de associação e de expressão de alguns destes setores excluídos tendem a apoiar-se em valores de intolerância, de discriminação e de exacerbação dos particularismos. Enquanto na cúpula as elites que participam da economia supranacional propõem o risco de que seu desapego à nação estimule um individualismo ‘a-social’, baseado na falta total de solidariedade, na base observam-se fenômenos regressivos de rejeição ao diferente, de xenofobia e de coesão autoritária.

Manuel Castells, em livro já citado, explica com clareza este processo, que dá lugar ao aparecimento do fenômeno atual do *fundamentalismo* e de estados fundamentalistas. De acordo com sua análise, o Estado-Nação, para sobreviver à sua crise de legitimidade, cede poder e recursos aos governos locais e regionais. Neste processo, perde capacidade para igualar os interesses diferentes e representar o “interesse geral”. Este processo deslegitima ainda mais o Estado, particularmente diante das minorias discriminadas, que buscam proteção nas comunidades locais ou em outro tipo de estruturas. Segundo Castells “... o que começou como um processo de ‘relegitimação’ do Estado, mediante a passagem do poder nacional ao local, pode acabar aprofundando a crise de legitimação do Estado-Nação e a tribalização da sociedade em comunidades construídas em torno de identidades primárias”²¹.

Em síntese, tanto as mudanças nos modelos de organização do trabalho, como as transformações nas estruturas de participação social e política estão estimulando a aparição de formas novas de segmentação e diferenciação social. A característica comum destes novos tipos de diferenciação é que se apóiam, seja em fatores naturais, como os genes, a inteligência ou a etnia, seja em fatores culturais de forte conotação de adscrição, como a religião ou a língua.

Neste contexto é possível compreender a ênfase que outorgam as análises prospectivas, inspiradas em objetivos democráticos, ao desenvolvimento da *capacidade de conviver* como condição da construção de uma ordem social sustentável²². Fortalecer a coesão social sobre a base da aceitação consciente da existência do “outro”, do diferente, converteu-se novamente no principal objetivo das instituições responsáveis do processo de socialização, particularmente da escola.

²⁰ Ver Manuel Castells. *La era de la Información. Economía, Sociedad y Cultura. Vol. I, La Sociedad Red. Vo..II. El Poder de la Identidad*, Madrid. Alianza Editorial, 1997.

²¹ M. Castells, *op. cit.* vol. II, pág. 304.

²² Ver, por exemplo, Jacques Delors, *La educación encierra un tesoro*, UNESCO, 1996.

A educação e os desafios do futuro

A análise efetuada até aqui permitiu apreciar a importância das transformações que estão se registrando na estrutura econômica, política e cultural da sociedade. As formas emergentes de organização social se apóiam no uso intensivo do conhecimento e das variáveis culturais de associação e participação social. Neste contexto, as instâncias através das quais se produzem e se distribuem o conhecimento e os valores culturais - as instituições educativas, os educadores, os intelectuais em geral - ocuparam um lugar central não só na análise das novas configurações, como na definição de estratégias de intervenção social e política.

Não é possível, nos limites deste documento, efetuar uma análise exaustiva do papel da educação na sociedade. Limitar-nos-emos, então, a assinalar três pontos cruciais para a discussão e a análise posterior.

Em primeiro lugar, é preciso mencionar a mudança no papel da educação diante da mobilidade social. No capitalismo tradicional, como se sabe, a educação estava diretamente associada às possibilidades de mobilidade social. Ascender na hierarquia do sistema educativo significava ascender a níveis mais complexos do conhecimento e a posições mais altas na estrutura ocupacional. Mas na medida em que a estrutura ocupacional de tipo piramidal tende a perder importância e as redes se expandem como modelo de organização das instituições, diminui a importância da mobilidade social vertical e aumentam, em compensação, as oportunidades de mobilidade horizontal. A educação também modifica seu papel já que, por um lado, será a variável mais importante que permitirá entrar ou ficar fora do círculo onde se definem e realizam as atividades socialmente mais significativas e, por outro, será necessário educar-se ao longo de toda a vida para poder adaptar-se aos requerimentos cambiantes do desempenho social e produtivo. No futuro, paradoxalmente, será necessária uma mobilidade muito intensa para manter-se na mesma posição.

Em segundo lugar, é preciso considerar o problema da democratização do acesso aos circuitos nos quais se produz e se distribui o conhecimento socialmente mais significativo. A privatização destes circuitos e sua apropriação por um grupo reduzido da população dariam lugar a uma espécie de *neodespotismo ilustrado*, incompatível com formas políticas democráticas de participação e controle social. Neste sentido, as opções democráticas em política educativa deverão apoiar-se em um alto nível de confiança na capacidade de aprendizagem de *todas* as pessoas. Conseqüentemente, será necessário enfatizar mais que nunca o alcance universal da educação. Se, no passado, o sistema podia organizar-se em níveis que correspondiam a determinadas categorias sociais e de complexidade na organização do conhecimento, no futuro a democratização do acesso aos níveis superiores de análises de realidades e fenômenos complexos deve ser universal.

Este acesso universal à compreensão de fenômenos complexos constitui a condição necessária para evitar a ruptura da coesão social e os cenários catastrofistas que potencialmente estão presentes nas tendências sociais atuais. Mas o acesso à compreensão de fenômenos complexos não pode estar associado a um determinado nível do sistema e, muito menos, a seus níveis superiores. A formação básica e universal deverá ser capaz de dotar o conjunto dos cidadãos dos instrumentos e das competências cognitivas necessárias para o desempenho de um cidadão ativo.

Em terceiro lugar, é preciso considerar a educação do ponto de vista do processo de socialização. Já não é possível pensar, como no passado, que as regulamentações virão exclusiva ou fundamentalmente de instituições como o Estado, a Igreja ou a família. Tampouco é possível pensar que haverá uma regulamentação espontânea baseada nos mecanismos do mercado, que assegure a coesão e a equidade necessárias para o desenvolvimento social sustentável.

As formas tradicionais de solidariedade estão perdendo importância. Numerosos testemunhos indicam a aparição e o risco de expansão rápida de uma sociedade atomizada, onde o indivíduo isolado estaria frente a uma coletividade anônima. Estão aparecendo novas formas de solidariedade e associação: associação de bairro, “tribos” urbanas, ‘gangs’ juvenis, etc. Mas a solidariedade gerada por estas novas formas de agrupamento não está associada a movimentos integradores. A desaparecimento das formas tradicionais de pertinência provoca a aparição de uma nova obrigação, a de cada um gerar por si mesmo sua forma de inserção social²³.

Um exemplo claro desta transformação é o caso da família. A família mantém sua importância, mas já não é a família fixa e estável de antes. A trajetória familiar de uma pessoa pode atravessar fases diferentes: casal estável, família monoparental, união livre, etc. Os parentes se transformam em uma combinação de laços eletivos e de sangue. O mesmo sucede com o resto dos círculos (amigos, colegas, etc.). Neste contexto, se estaria configurando um tipo de sociedade, onde existe o risco da existência de formas paralelas, duais de pertinência social.

Por um lado, âmbitos em que predominaram as relações eleitas e especializadas e, por outro, âmbitos em que voltaram a se estabelecer solidariedades impostas por fatores adscriptivos. Além da análise de cada uma destas possibilidades, o certo é que o papel e as formas de solidariedade serão o tema central na discussão sobre as alternativas de desenvolvimento social no futuro.

A formação do sentido de solidariedade está intimamente associada à formação do *sentido de pertinência*. Respectivamente, o desafio educativo implica em desenvolver a capacidade de construir uma identidade complexa, uma identidade que contenha a pertinência a múltiplos âmbitos: local, nacional e internacional, político, religioso, artístico, econômico, familiar, etc. A essência da cidadania moderna é, precisamente, a pluralidade de âmbitos de desempenho e a construção da identidade a partir precisamente desta pluralidade e não de apenas um eixo dominante e excludente²⁴.

Em termos educativos, o desenvolvimento deste sentido plural de pertinência, que combine a adesão e a solidariedade local com a abertura às diferenças, implica introduzir massivamente nas instituições escolares a possibilidade de realizar experiências que fortaleçam este tipo de formação. Relativamente a isso, todos os diagnósticos indicam a existência de um significativo *déficit de experiências* democráticas e pluralistas na sociedade. A escola é um âmbito privilegiado para o desenvolvimento de experiências deste tipo, que possam ser organizadas educativamente.

Postular a necessidade de desenvolver este conjunto de competências e capacidades é necessário, mas não suficiente. O desafio para os educadores consiste, ademais, em definir os desenhos institucionais mais apropriados e elaborar as ferramentas técnicas e metodológicas mais eficazes para que estes objetivos

²³ Jean Baptiste de Foucauld, op. cit.

superem a fase puramente retórica e se transformem em metas concretas de aprendizagem. Do ponto de vista institucional, é necessário discutir que tipo de escola e que articulações entre elas e a sociedade são as mais apropriadas para estes desafios.

A escola tradicional esteve particularmente fechada ao contato com outras instituições e com outros atores sociais. Apesar de este desenho ter ser o mais apropriado no momento de construção dos estados nacionais, quando a escola aparecia como a instituição que devia superar os particularismos, atualmente já não pode manter-se isolada, ignorando as transformações que se produziram no âmbito da família, da empresa e dos meios de comunicação.

Em síntese, é preciso *romper o isolamento institucional da escola*, abrindo-a aos requerimentos da sociedade e redefinindo seus pactos com os outros agentes socializadores, particularmente a família e os meios de comunicação. Mas qual deveria ser o papel específico da escola? No contexto da análise que efetuamos até aqui, parece necessário enfatizar a idéia de que a escola deve assumir uma parte significativa da formação nos aspetos “duros” da socialização. Isto não significa reivindicar a rigidez, a memória, a autoridade, etc., mas aceitar que sua tarefa é levar a cabo em forma consciente e sistemática, a construção das bases da personalidade das novas gerações.

[PC 1] Comentário:

[PC 2] Comentário:

Em um mundo no qual a informação e os conhecimentos se acumulam e circulam através de meios tecnológicos cada vez mais sofisticados e poderosos, o papel da escola deve ser definido pela sua capacidade de preparar para o uso consciente, crítico, ativo, das máquinas que acumulam a informação e o conhecimento.

Neste sentido, pareceria que uma das pistas mais prometedoras de trabalho para a escola é a que tem a ver justamente com sua relação com o convívio, com as relações cara a cara, com a possibilidade de oferecer um diálogo direto, um intercâmbio com pessoas reais em que os instrumentos técnicos sejam o que são, instrumentos e não fins em si mesmos.

O clima das instituições escolares, diferenciadas segundo projetos pedagógicos e dotadas de significativos níveis de autonomia para poder concertar-se com o meio, constitui uma variável central para o desenvolvimento de um processo de socialização eficaz.

Mas assim como o desenho institucional tradicional não pode ser mantido nas atuais circunstâncias históricas, também é preciso advertir que um desenho institucional baseado somente na autonomia das escolas pode aumentar os riscos de segmentação. A autonomia deve ser um estímulo para a vinculação e não para o isolamento. A idéia de *rede* constitui uma forma fértil para estimular conexões entre as instituições escolares que superem o formalismo tradicional e permitam intercâmbios reais, tanto em nível local como nacional e internacional.

²⁴ Com respeito ao processo de construção da identidade, veja Juan Carlos Tedesco. El Nuevo Pacto Educativo. Ciudadanía y competitividad en la sociedad moderna. Madrid, Anaya, 1995.